

A Subjetividade Operária: algumas considerações iniciais¹

“Não se pode dizer: ‘lá vai a subjetividade fazer isso ou aquilo’”²

Misael de Sousa Santos*

INTRODUÇÃO

O trabalho é, ou continua sendo, um elemento ou uma categoria central de explicação da dinâmica social? Essa tem sido uma das discussões teóricas que mais têm acirrado os ânimos acadêmicos na última década. De um lado da trincheira, estão aqueles teóricos (Gorz, 1987; Offe, 1989) caudatários de um ideário liberal ou social-democrata – que acreditam que o trabalho, paulatinamente, vem perdendo esse poder explicativo ou elucidativo da sociedade, diante da ocorrência de certas mudanças macroestruturais, como: i) a superação do setor produtivo pelo setor de serviços; ii) a diminuição da jornada de trabalho, com o conseqüente aumento do “tempo livre”; iii) o crescente aumento do desemprego.

Desfocando a análise explicativa para outras esferas da vida social, Offe (1989), em suas assertivas, questiona – ainda que implicitamente – a validade científica dos trabalhos sociológicos que têm como eixo teórico a centralidade do trabalho em sua formulações. Senão vejamos:

Radicalizando: não é nada evidente que indagar sobre a noção social ‘do trabalhador’ seja *a priori* sociologicamente mais relevante que indagar sobre a

¹ Este artigo é resultante das discussões e debates realizados nas aulas de Sociologia do Trabalho, ministradas pela Prof. Dr^a Graça Druck e Luiz Flávio Reis Godinho (mestrando em Ciências Sociais – UFBA, bolsista do PROCES) no Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no semestre 2001.1.

² Sérvulo Augusto Figueira (1987) argumentando, ironicamente, acerca da impossibilidade de dissociação entre a subjetividade e o seu portador: o ator social.

a noção de sociedade do consumidor de gasolina ou do contribuinte do IPI (p. 21)

Do outro lado do *front*, estão aqueles teóricos (Antunes, 1995; Santos, 2000), que constroem suas análises dentro de uma tradição marxista, em que a atividade produtiva (trabalho) é o elemento explicativo societal central.

Santos (2000), ao analisar a “saga de quem não tem trabalho”, chama a atenção para a construção de uma identidade social centrada, fundamentalmente, na supervalorização de um tipo de relação capital/trabalho (trabalho assalariado com vínculo empregatício), surgido com a Revolução Industrial, portanto com o capitalismo, e que tem paulatinamente diminuído com a articulação de três processos distintos, porém interpenetráveis – globalização, neoliberalismo e terceirização. Ele afirma:

Meu convívio com tantos desempregados, que sofrem as conseqüências dessas modificações no mundo do trabalho, é testemunho de que, para eles o trabalho como atividade transformadora da natureza, organizadora do tempo individual, familiar, social e, como o maior provedor de salário, ainda pode ser considerado um elemento fundante da sociabilidade humana (p. 45)

Falar da centralidade ou não do trabalho é, antes de tudo, falar do trabalhador. De acordo com Druck³ “...é um erro pensar o trabalho como as condições objetivas e não pensar o trabalho como o trabalhador, ou seja, considerando a sua subjetividade.” Analisando por um outro ângulo – e é esse que nos interessa neste artigo –, pode-se afirmar que existem, subjacentes a essa discussão teórica, os seguintes postulados: 1) o trabalho, em alguns momentos, é o elemento determinante da construção da subjetividade ou identidade do trabalhador; 2) o trabalho é, dentre tantos outros, um elemento constitutivo da subjetividade do trabalhador. O presente artigo tenta discutir qual é o pressuposto teórico marxiano que subsidiou alguns trabalhos sociológicos que afir-

³ Intervenção realizada pela Prof^a Dr^a Graça Druck durante a realização do **Ciclo de debates Trabalho e Mediações. Trabalho e classe: a mediação e a construção social**. Realizado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas em 10/04/2002.

mam a centralidade do trabalho, não apenas como elemento explicativo da vida social, mas, principalmente, como núcleo irradiador/galvanizador das diversas identidades/subjetividades desse homem/mulher que subsiste do/no trabalho. Inicialmente, discutiremos alguns conceitos, noções e meios de apreensão da subjetividade, utilizados em alguns trabalhos. Na segunda parte, apresentaremos, de forma embrionária, a idéia de subjetividade humana presente em Marx.

SUBJETIVIDADE: o campo nebuloso da interdisciplinaridade

Propor uma discussão sobre as formas como um conceito tão plástico como subjetividade é utilizado dentro da sociologia é, *a priori*, pisar em um campo minado. Um espectro ronda a discussão. O binômio conceitual sujeito *versus* estrutura surge com toda força: quem determina o que?

A partir dessa proposição, surgem algumas questões: Se os conceitos são categorias de análise construídas que procuram dar conta de uma dimensão específica da realidade social, em qual campo do saber humano o conceito/termo subjetividade foi construído? Certamente não foi na Sociologia, pois, segundo Martins (1991, p.10) “*podemos entender a sociologia como uma das manifestações do pensamento moderno*”. Sendo assim, como esse conceito “migrou” para o âmbito da análise sociológica? Foi reformulado com vistas a atender ao universo epistemológico da Sociologia?

Essas questões certamente não caberiam em um espaço exíguo como o deste artigo. Tampouco a idéia proposta aqui é essa. Isso não impede que problematizemos um pouco.

Associar subjetividade à individualidade é um truísmo presente no senso comum. Já na *Regras do Método Sociológico*, Durkheim propunha não reduzir a subjetividade humana a um mero psicologismo, ou seja, ele afirmava o caráter de construção social da subjetividade. Pre-

tendia, sobretudo, impedir qualquer confusão ou vinculação da Sociologia com a Psicologia, na tentativa de construir todo um campo epistemológico e metodológico inerente à sociologia. Um trecho da *Regras do Método Sociológico* é elucidativo:

(...) hoje [1895] se considera incontestável que a maioria de nossas idéias e tendências não são elaboradas por nós, mas nos vêm de fora, conclui-se que não podem penetrar em nós senão através de uma imposição. (p.3)

Segundo Velho (1987, p.80) “... há duas vertentes fundamentais a respeito da questão da subjetividade. Uma afirma que é dada naturalmente, e sua explicação pode ser teológica, filosófica, psicológica, psicanalítica etc.; e outra que diz que é algo construído, produzido arbitrário.” Essa última vertente seria o campo das ciências sociais.

Semanticamente, o que o termo expressa? De acordo com dois dicionários consultados⁴, subjetividade é a qualidade de subjetivo. E subjetivo (*adj. Filos.*) significa:

1. pertencente ou relativo ao sujeito;
2. que está somente no sujeito, no eu; que se passa ou existe no espírito;
3. que exprime ou manifesta apenas as idéias ou preferências da própria pessoa; pessoal, individual;
4. *diz-se de uma explicação que se baseia em mera concepção do espírito, como ponto de partida, supondo aprioristicamente nessa concepção um princípio metafísico, donde são deduzidas as conclusões;*
5. aquilo que é sentido por experiência íntima;
6. diz-se da voz ativa, em contraste com a voz objetiva, que é a passiva. *Antôn: objetivo.*

⁴ Objetivando fazer uma comparação temporal entre meios distintos de publicização do verbete, foi consultado um dicionário largamente distribuído pelo Ministério da Educação e Cultura para todas as escolas públicas de 1º e 2º graus nos anos 80 (via Fundação Nacional do Material Escolar – FENAME), bem como uma versão eletrônica disponível na internet (<http://www.uol.com.br/michaelis/>) do Modemo Dicionário da Língua Portuguesa - Michaelis.

Já que a pretensão da Sociologia como disciplina, na visão de um dos seus principais fundadores, envolve a busca da objetividade⁵, como poderia partir da utilização de um conceito metafísico como a subjetividade para explicar a vida social? Como alguns trabalhos sociológicos, no campo marxista, onde a análise materialista-histórica é posta como central, podem lançar mão de tal conceito? Dizemos isso pensando na centralidade da idéia presente no materialismo histórico, de que “*não é a consciência do homem que determina sua existência mas, ao contrário, é sua existência social que determina sua consciência*”. Figueira (1987, p. 97). Talvez ela indique um possível caminho para essa questão, que será mais bem explorada adiante:

É impossível afirmar que a subjetividade não existe para as ciências sociais (pois se trata de uma coisa palpável e faz parte da experiência de qualquer pessoa), contudo, ao mesmo tempo, **não há nas diversas versões ou vertentes das chamadas ciências sociais uma teoria clara ou reflexão sobre o sujeito ou indivíduo.** (grifos nossos)

Edith Seligmann Silva, prefaciando o livro de Tittoni (2000, p. 7)⁶, aborda a questão da subjetividade de forma bastante elucidativa, permitindo, inclusive, um melhor entendimento dessa dimensão sobre outras esferas distintas do espaço do trabalho. A subjetividade, para a autora, seria então “... *os modos de pensar, sentir e agir que se constituem no interior das experiências do cotidiano profissional, são transportadas para a vida familiar e comunitária*”, nos quais “... *as estruturas do tempo de trabalho imprimem suas marcas nos períodos destinados ao repouso, convívio, ao lazer e a todas as formas de participação social significativas.*”

Tentando aproximar, via interdisciplinaridade, e visando “... *pensar a questão da subjetividade a partir dos vários planos, modalidades e possibili-*

⁵ Ao rebater as controvérsias e críticas feitas à primeira edição das *Regras do Método Sociológico*, Durkheim vai afirmar categoricamente no prefácio da segunda edição: “... *tais contestações provieram quase sempre da recusa em admitir nosso princípio fundamental - a realidade objetiva dos fatos sociais, - ou de não admiti-los sem reservas*”. Ou ainda: “... *estamos seguros de que, atribuindo-lhe [à realidade objetiva] tal preponderância, permanecemos fiéis à tradição sociológica; pois, no fundo, foi desta concepção que se originou a sociologia toda inteira.*” (grifos nossos).

⁶ Tittoni, 1994, p.7.

dades de diálogo entre a psicanálise e as ciências sociais”, Figueira (1987, p.95) aponta, entre outras questões, a necessidade de complementaridade entre as duas disciplinas e não apenas conflito. A questão principal advinda dessa aproximação diz respeito:

(...) à emergência histórica de um tipo de estruturação de subjetividade que permite a percepção, a visibilidade, a experiência e o próprio estudo desse construto-realidade chamado subjetividade.

A dimensão da subjetividade é, segundo Velho (*apud* Figueira 1987, p.90), deixada entre parênteses, às vezes é relativizada, dissolvida ou abandonada, e poucas vezes é estudada. Seria a subjetividade então – kantianamente falando – impossível de ser conhecida ou apreendida?

A DIMENSÃO DA SUBJETIVIDADE EM MARX

Para compreender qual é o pressuposto teórico marxiano que permitiu o surgimento e aplicação de teorias explicativas acerca da construção da subjetividade humana (Tittoni, 1994; Feitosa, 1994; Godinho, 2001; Lopes; 2001) na atividade laboral, é preciso compreender a dimensão e a configuração do processo produtivo proposto por Marx, bem como quais as condições objetivas e subjetivas existentes que, ao se articularem, engendrariam o ser social.

Em Marx, o trabalho tem uma dimensão histórica e outra ontológica. Essa dimensão ontológica indica que o homem, ao trabalhar, não apenas transforma a natureza como modifica a si mesmo. O trabalho, portanto, é uma atividade processual de autotransformação da gênese humana. Aqui, o legado renascentista da antropocentricidade alcança a sua maior expressão. De outra forma, pode-se afirmar que Marx vai construir a sua análise do processo de desenvolvimento histórico da humanidade, tomando a esfera da produção como o *locus* explicativo privilegiado da condição humana. A esfera produtiva seria, então, o epicentro a partir do qual as contradições, os conflitos e as

dinâmicas sociais que configuram a sociedade capitalista poderiam ser entendidos?

Analisando a influência do trabalho na construção da subjetividade humana, Lopes (2001) argumenta:

Independente da sua condição de ‘força de trabalho’ – atributo que o particulariza ante os outros sujeitos possuidores de outros predicativos –, o sujeito trabalhador é constituído e singularizado por diferentes processos de socialização que não se restringem ao tempo e ao espaço da produção. Várias outras dimensões (individuais e coletivas) configuram o ‘campo de tensão’ que estrutura o sujeito e modela sua subjetividade.

Tittoni (1994, p.24) afirma: “... o processo de trabalho, portanto, é o veículo pelo qual são colocados em prática as aspirações, desejos e possibilidades que os sujeitos neles envolvidos sustentam, a partir dos significados que o trabalho, de um modo geral, adquire em suas vidas”. Corroborando com tal assertiva, Godinho (2001) vai demonstrar de que forma a identidade do trabalhador terceirizado⁷ é forjada ou construída na esfera produtiva, não só por condições estruturais e objetivas (precarização do processo produtivo, perda de direitos trabalhistas etc.), mas também por elementos intersubjetivos resultantes da convivência com outros trabalhadores que executam suas atividades em condições diferenciadas, apesar de estarem no mesmo espaço fabril.

Na sociedade capitalista, o homem é reduzido à sua força de trabalho.⁸ A relação que se estabelece entre trabalhador e patrão é de compra e venda. No entanto, a mercadoria (força de trabalho) a ser vendida não é única, homogênea, mas qualitativamente diferenciada,

⁷ Segundo Godinho (2001), é aquele que trabalha como empregado de uma empresa que presta serviço a outra empresa. O estudo elaborado pelo autor visou a compreender (a partir da “... premissa teórica de que os sujeitos internalizam e interpretam a situação estrutural em que vivem” - p. 09), “... como os trabalhadores terceirizados – na Refinaria Landulfo Alves da Petrobrás – interpretam estas práticas de segmentação/diferenciação social causadas pela reestruturação produtiva através da terceirização” – (p. 10)

⁸ É importante lembrar que essa concepção unilateral e reducionista do homem refere-se à ideologia que povoa o imaginário dos detentores dos meios de produção, portanto dos capitalistas, onde pouco importa outras dimensões de configuração social do sujeito. O que conta é a sua capacidade de trabalho.

multifacetada, marcada por “*sua própria indeterminação*”. Isso faz com que, segundo Lopes (idem, 2001, p.58), se coloque diante do capitalista o seu “*maior desafio e problema*”, pois:

(...) ao comprar a força de trabalho que pode ser muito ele [o capitalista] está ao mesmo tempo comprando uma qualidade e quantidade indeterminados. **O que ele compra é infinito em potencial, mas limitado sua concretização pelo estado subjetivo do trabalhador**, por sua história passada, por suas condições sociais gerais sob as quais trabalha, assim pelas condições próprias da empresa e condições técnicas do seu trabalho. O trabalho realmente executado será afetado por esses e muitos outros fatores, inclusive a organização do processo e as formas de supervisão dele, no caso de existirem. (grifos nossos)

Desprovidos dos meios de produção, a única forma que o homem tem de sobreviver é vender a sua força de trabalho. Mas “*a força de trabalho está indissoluvelmente ligada à sua pessoa e é inseparável dele*” (Lopes, 2001, p.101).

Seguindo a sua análise das condições objetivas e subjetivas surgidas no e do processo produtivo, Lopes vai afirmar que, a partir do conceito de capacidade de trabalho⁹ de Marx

... a teoria da mais valia irá aparecer com dupla dimensão: econômica/exploração e subjetiva/opressão. Para extrair sobretabalho, o capital necessita mobilizar e pôr a subjetividade operária (aptidões, habilidades etc) sob seu comando. Desse modo, ao identificar os mecanismos diferenciados de apropriação da subjetividade operária pelo patronato, pode-se pensar as diferentes formas históricas (técnicas e organizacionais) assumidas pelo processo produtivo. (p.101)

A relação dessa força de trabalho com o capital é, em Marx, apresentada de duas formas distintas, porém complementares e não excludentes: a subsunção real e formal.

Sendo essas duas formas de exteriorizar o trabalho, designam os modos diferenciados com os quais o patronato aciona a subjetividade operária. Servem para denominar os encadeamentos estabelecidos entre as condições objetivas (matéria prima, ferramentas, máquinas etc.) e o elemento subjetivo (capacidade de trabalho do trabalhador, suas expectativas, socialização prévia etc.) no processo de trabalho subjetivo. (Lopes, 2001, p. 100)

⁹ “Conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva do ser humano, os quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie” - O Capital, cap. VI.

A SUBJETIVIDADE OPERÁRIA

A discussão sobre a subjetividade operária, especialmente no contexto atual, é fundamental. Afirmamos isso não só pelos diversos trabalhos que foram e continuam sendo produzidos, não apenas no campo das ciências sociais, mas também em diversas outras áreas do saber humano (saúde coletiva, psicanálise, psicologia social etc.). Isso remete, sobretudo, à necessidade de um diálogo interdisciplinar que permita levar a termo uma tarefa extremamente difícil e sujeita a inúmeros questionamentos: é possível, a partir da fala do sujeito, captar ou compreender a sua subjetividade? Alguns dos trabalhos estudados (Sader, 1988; Godinho, 2001; Títtoni, 1994; Feitosa, 2001; Lopes, 2001) utilizam, como recurso metodológico principal, a análise do discurso ou da fala a respeito das trajetórias dos trabalhadores, como mecanismo de captação e compreensão da subjetividade operária. Alguns trechos de Godinho (2001), são esclarecedores:

(...) a fala enuncia e simboliza a experiência, subjetiviza o objetivo, ou seja, “interioriza a exterioridade e exterioriza a interioridade”. (p. 86)

Os trabalhadores de empreiteiras falam sobre suas condições de trabalho através da crítica irônica. Isto é da produção de significados, subjetivação de uma experiência, um depoimento, mesmo inconsciente às vezes. (p. 85)

O que garante ao pesquisador, dentro de uma abordagem sociológica marxiana, que essa dimensão “*inconsciente às vezes*”, no discurso do trabalhador, não se reduza a uma análise individualista, psicologista? Justamente a confrontação dos elementos explicativos ou significativos que surgem ou ficam evidenciados na fala do trabalhador (dimensão subjetiva), com as condições estruturais (jornada de trabalho, organização do trabalho etc) que outros trabalhadores, sob as mesmas condições, sofrem ou revelam. O sujeito analisado não é o sujeito numa perspectiva individualizante, “*que exprime ou manifesta apenas as idéias ou preferências da própria pessoa*”, mas aquele passível de revelar-se, dentro de uma visão que procure compreender todo o processo de formação ou construção social de sua subjetividade.

Enxergar o trabalhador além da sua aparência é também, no nosso entendimento, compreender todo o processo de construção da sua subjetividade, nas diversas dimensões socioculturais (ser homem, ser mulher, ser negro, ser homossexual etc), que configuram a subjetividade humana. Isso não quer dizer que a esfera produtiva perdeu ou tenha sido reduzida a sua importância na conformação da subjetividade. A questão posta é que ela não pode ser entendida como absoluta, determinante. Enfim, como única definidora da identidade social do operário.

É preciso, também, afirmar a importância do resgate da centralidade do sujeito na discussão sobre a centralidade do trabalho na vida social. Não devemos esquecer que a necessidade do controle da subjetividade ou do saber-fazer operário foi, é e continuará sendo – enquanto subsistir uma sociedade baseada na exploração do trabalho humano – um elemento fundamental de valorização do capital.

Pode-se afirmar que a internalização dos processos de trabalho e competências que conformam a subjetividade é mais do que uma necessidade: é uma condição.

A proposição central presente já em Taylor (maior caçador desse animal nem sempre domável, chamado subjetividade operária) traduz, em última instância, a criação – sob a égide de um verniz pseudocientífico – de um conjunto de mecanismos supostamente capazes e eficientes de conseguir tal feito. Não importa qual o período do capitalismo se esteja analisando. As diversas técnicas de organização, gestão do trabalho ou da produção (taylorismo, fordismo, etc) que foram desenvolvidas e aplicadas têm, explícita ou implicitamente, uma preocupação com a captação da subjetividade do trabalhador. Ao analisar as inter-relações existentes entre o processo de mundialização do capital e o toyotismo, Alves (1999) vai enfatizar:

Para nós, o toyotismo não é considerado um novo modo de regulação do capitalismo, no estilo da Escola da Regulação (tal como fizeram, por exemplo, com o conceito de fordismo); o potencial heurístico do conceito de toyotismo é limitado à compreensão do surgimento de uma nova lógica de

produção de mercadorias, novos princípios de administração da produção capitalista, de gestão da força de trabalho, **cujo valor universal é constituir uma nova hegemonia do capital na produção, através da captura da subjetividade operária pela lógica do capital.** (grifos nossos)

Apesar dessas tentativas do capital, os trabalhadores têm historicamente lançado mão das mais diversas estratégias para fugir desses mecanismos de controle de sua subjetividade durante o processo produtivo. O que seria da classe operária sem os movimentos paredistas, sem as operações-tartaruga? O próprio Taylor, já naquela época, chamava a atenção para a “cera” que os operários faziam quando trabalhavam, e os problemas que isso acarretava na queda de produtividade. De um lado, os trabalhadores, apesar de desprovidos dos meios de produção, obrigados a vender sua força de trabalho, criavam estratégias de enfrentamento com o capital. Do outro, os capitalistas, detentores dos meios de produção, a todo custo, tentavam, hodiernamente¹⁰, captar a subjetividade operária.

(Recebido para publicação em agosto/2002)
(Aceito em setembro/2002)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. **Toyotismo e mundialização do capital** [on line] 05/07/2002. Disponível em: <http://sites.uol.com.br/globalization/toyotism.htm>. Acesso em: 20/08/02.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? – ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.
- BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: FENAME, 1982.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 15. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.
- FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. O papel da psicanálise no entendimento da construção da subjetividade. In: CARNEIRO, Maria José. (Org.) **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 89-100.

¹⁰ Apenas para tomarmos como exemplo, basta observar o esforço que os empresários fazem para que os trabalhadores adiram à ideologia da qualidade total, mediante a sua participação ou engajamento nos programas de qualidade implantados nas empresas ou indústrias.

- GODINHO, Luís Flávio Reis. **Que trabalhador sou eu?:** uma análise sobre a experiência com a exclusão, diferenciação e segmentação no/do trabalho. Salvador: UFBA. 2001. Monografia – FFCH/Departamento de Sociologia, mimeo.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado:** para além do socialismo. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987
- LOPES, José Carlos Cacau. **A voz do dono e o dono da voz:** trabalho, saúde e cidadania no cotidiano. São Paulo: Hucitec, 2001
- MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia.** 30. ed. São Paulo: 1991.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** 3.ed. Trad. Leandro Konder. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, K. Prefácio a Para a crítica da economia política. In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** 3.ed. Trad. de José Arthur Gianotti e Edgar Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Editado por Friedrich Engels. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- OFFE, K. **Trabalho e sociedade:** problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, v. 1.
- SANTOS, João Bosco Feitosa. **O avesso da maldição do Gênesis:** a saga de quem não tem trabalho. São Paulo: Annablume, 2000.
- SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena:** experiência, fatos e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica.** São Paulo: Atlas, 1987.
- TTITTONI, Jaqueline. **Subjetividade e trabalho:** a experiências no trabalho e sua expressão na vida fora da fábrica. Porto Alegre: Ed. Ortiz, 1994.
- VELHO, G. Família e subjetividade. In: CARNEIRO, Maria José. (Org) **Pensando a família no Brasil:** da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p.79-87.